



João Pessoa, v. 25, n. 58, jan.-abr., 2026

Trauma Psicossocial e Perspectiva Decolonial: Contribuições Teórico-Methodológicas Para o Estudo do Racismo Religioso

Yane Marcelle Pereira Silva*

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Brasil.
<https://orcid.org/0009-0007-0433-6002>

Rafael Andrés Patiño Orozco**

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-6492-8252>

Resumo: No Brasil, o racismo religioso, a dizer, o conjunto de práticas discriminatórias dirigidas a comunidades e praticantes religiões de tradição afroindígena, lido sob a perspectiva do trauma psicossocial, remete à formação colonial do Estado e de sua cultura, conectando histórias coletivas e individuais. O presente artigo objetivou identificar como a abordagem qualitativa contribui para a compreensão dos efeitos e feridas psicossociais derivadas de experiências de racismo religioso. Para tal, foi realizado uma revisão narrativa da literatura dos estudos sobre trauma psicossocial e racismo religioso. Ante a escassez de estudos sobre trauma coletivo no Brasil e da lacuna de estudos que articulem a noção de trauma coletivo a experiências de racismo religioso, apresentamos alguns desafios identificados e propomos três chaves de leitura para o estudo qualitativo de experiências disruptivas, potencialmente produtoras de traumas psicossociais, associados ao racismo religioso: 1) articulação entre complexidade e dimensão psicossocial; 2) decolonialidade como contraponto epistêmico; 3) estratégias metodológicas incorporem o corpo, a afetividade e a espiritualidade na escuta qualificada de sujeitos marcados por traumas psicossociais. A abordagem proposta permite releituras dos fazeres nos campos acadêmico, das políticas públicas, das práticas legislativas e judiciárias, já que, no processo de reconhecimento de direitos fundamentais, transformar o *como* fazemos é tão essencial quanto o *que* fazemos sobretudo em relação a sujeitos vulnerabilizados sócio-historicamente.

Palavras-chave: *Trauma psicossocial, Pesquisa Qualitativa; Racismo; Religião; Discriminação baseada na Ancestralidade.*

* Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB. E-mail: yane.ufsb@gmail.com.

** Doutor em Psicologia pela UFBA e Pós-doutor em Memória Social pela UNIRIO. E-mail: rafa.patigno@gmail.com.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2026v25n58.72814>

Trauma Psicossocial e Perspectiva Decolonial: Contribuições Teórico-Methodológicas Para o Estudo do Racismo Religioso

Yane Marcelle Pereira Silva

Rafael Andrés Patiño Orozco

1 INTRODUÇÃO

O contexto do racismo religioso no Brasil refere-se ao conjunto de práticas de violência, discriminatórias, expressas em violências culturais, estruturais e diretas (GALTUNG, 2016), dirigidas a pessoas e comunidades praticantes religiões de tradição afroindígena, denominadas comunidades de terreiro. Trata-se de violência que remete às origens da formação colonial do Estado brasileiro, de sua cultura e de seus sistemas de relações intersubjetivas. Esta violência conecta passado e presente, histórias e memórias coletivas e individuais, moldando subjetividades e instituições (NASCIMENTO, 2017; MOTA, 2018; NOGUEIRA, 2020). Esse atravessamento entre o histórico, o coletivo e a subjetividade, pode ser compreendido a partir da perspectiva do trauma psicossocial, que permite a integração das referidas dimensões durante os processos investigativos.

Conforme argumentamos em outro momento¹, a partir de uma perspectiva histórica, identificamos que remanesce na atualidade um

¹ No citado texto discutimos possibilidades de pensar dimensões epistêmicas e psicossociais do racismo religioso e concluímos que “as subjetividades alvejadas pelo racismo religioso são forjadas numa experiência coletiva histórico-cultural comum e partilhável de violência e, por mais específica que seja a agressão, ela não deve ser lida como ‘individual’ ou como um fato isolado. Existem processos de subjetivação partilhados que configuram um verdadeiro trauma psicossocial (Martín Baró), que unem passado, presente e futuro em vivências emocionais e memórias coletivas conectadas a uma história de longa duração (Braudel, 1985) e que são potencialmente acionados pelas agressões” (Silva; Patiño, 2024, p. 260-1).

padrão de dominação e de violência no Brasil que expõe povos de terreiro a um processo sistemático de repressão e de violações de direitos, configurando um entorno disruptivo potencialmente traumático (BENYAKAR, 2016).

No quadro da violência colonial de longa duração, o racismo religioso emerge como mais um legado, um efeito de colonialidade, que impactou não apenas o mundo material e econômico, como também a percepção, o conhecimento e as nossas relações com o sagrado, atravessadas por um ideal ocidental universalizante, monoteísta, hostil à diversidade de crenças e cosmovisões.

Essa violência sistemática sobre povos de terreiro contribui para a manutenção e aprofundamento do sofrimento coletivo, sendo a demonização, a apropriação cultural, a humilhação e a negação de direitos, formas de atentar contra a memória e a ancestralidade dos povos africanos e originários (SILVA, PATIÑO, 2024).

Os terreiros são espaços de subjetivação diferenciados que mobilizam para toda a comunidade, além da dimensão espiritual, modos de ser, de compreender o mundo e de agir vinculados aos históricos de sua construção e transformação, reverberando como espaços de resistência social à imposição colonial (NASCIMENTO, 2020). A perspectiva psicossocial reconhece a relação entre as dimensões social, cultural e subjetiva integradas na experiência do terreiro, e permite indagar a forma como práticas discriminatórias e de menosprezo afetam tais comunidades.

Diante da especificidade do estudo sobre os efeitos do racismo religioso junto a comunidades de terreiro por um lado e da existência de um campo de estudo em torno dos efeitos de violências coletivas, pouco consolidado no contexto brasileiro, no presente artigo nos propusemos a refletir sobre as contribuições da perspectiva qualitativa de pesquisa, apresentando apontamentos metodológicos concretos, a serem utilizados em estudos sobre compreensão dos efeitos de acontecimentos e experiências de racismo religioso, potencialmente produtoras de traumas psicossociais.

Para tal fim, partimos de uma revisão narrativa de literatura (ROTHER, 2007) dos estudos sobre experiências disruptivas, potencialmente produtoras de traumas psicossociais, associados ao racismo religioso, centrada na análise das estratégias teórico-metodológicas utilizadas pelos pesquisadores desse campo de estudos, de modo a iluminar caminhos metodológicos existentes e nunca percorridos (BRIZOLA; FANTIN, 2016). Este método permite uma ampla descrição sobre o assunto, sem a pretensão de esgotar todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados, permitindo uma rápida atualização dos estudos sobre a temática (CAVALCANTE, 2020). A partir de tal análise, afirmamos as contribuições e princípios orientadores da perspectiva qualitativa no estudo do racismo religioso, apontando alguns princípios epistemológicos e metodológicos que as pesquisas devem considerar no caso específico de estudos sobre racismo religioso.

Foram utilizados trabalhos obtidos a partir da busca com os descritores “trauma psicossocial”, “trauma social”, “trauma cultural”, “trauma coletivo” nas bases da Biblioteca Virtual em Saúde e na plataforma de periódicos Capes. Foram aplicados filtros visando a identificar publicações nacionais e revisadas por pares. Após a aplicação dos filtros, foi realizada a leitura de títulos e resumos e leitura transversal dos textos e em especial dos buscando identificar entre aquelas que se aproximassem do núcleo temático, assim consideradas as que articularam a perspectiva coletiva do trauma em processos de: exclusão social ou histórica de grupos, violência sistêmica ou política, desastres, etc.

Ademais, foram aplicados como critérios de seleção das fontes a disponibilidade dos textos integrais dos artigos e sua contribuição para a análise no contexto brasileiro ou na América Latina. Desse modo foram excluídas as publicações em português que não dialogassem com o citado contexto.

Adiante apresentamos um panorama estudos selecionados e inclusos, buscando destacar fundamentos teóricos e caminhos metodológicos adotados nas pesquisas sobre traumas coletivos, com ênfase no Brasil e na América Latina.

2 TRAUMA PSICOSSOCIAL: UM BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE O TEMA

A perspectiva do trauma coletivo reúne estudos que expandem a noção tradicional do trauma, centrada no indivíduo e nas consequências de um acontecimento único, marcante e irreversível. Para a compreensão do sofrimento humano, as visões do trauma coletivo enfatizam processos sociais transpessoais, ultrapassando a fronteira do que a racionalidade moderna delimita como o espaço individual, um fato único ou de um tempo demarcado. Conforme sublinha Gornostay (2018), o tema dos traumas coletivos tornou-se especialmente relevante após a Segunda Guerra Mundial quando o Holocausto atraiu a atenção de pesquisadores de diversas áreas (historiadores, juristas, sociólogos, psicólogos e psicoterapeutas) interessados no impacto direto desse trauma coletivo (GORNOSTAY, 2018). A partir de então emergiram diversos estudos e contextos de aplicação, nomenclaturas e ênfases distintas, entre as quais estão os estudos de Martín-Baró sobre trauma psicossocial, pioneiros no contexto da América Latina.

No contexto latino-americano, durante as décadas de 1980 e 1990, a perspectiva psicossocial do trauma expande as visões reducionistas no campo da psicologia social, contestando os princípios dicotômicos fundantes das ciências humanas no século XX (PATIÑO, SILVA, no prelo). Martín-Baró (1988) critica o extremo individualismo que envolve o tradicional estudo do trauma, apresentando o trauma psicossocial como a cristalização traumática das relações sociais desumanizadas, alienantes, que negam a humanidade do “inimigo”, recusando-o como interlocutor e tornando-o alvo de destruição. Ainda

sobre a noção de trauma psicossocial, Blanco, Blanco e Díaz (2016) apontam os limites do recorte médico dado à noção de trauma, que exclui, por exemplo, a importância dos contextos sociais subjacentes aos eventos traumáticos, das redes de apoio e da dimensão histórica associada aos acontecimentos provocadores do trauma.

A perspectiva psicossocial está presente, ainda, nos estudos de tradição anglo-saxões sobre emoções sociais que tomam força nas últimas décadas e que entendem o psicossocial como um campo intertransdisciplinar de pesquisa dedicado ao estudo das tensões e mútua constituição do social e do psíquico (WOODWARD, 2015). Tais estudos apontam para a necessidade de refletir e adaptar os métodos qualitativos, de modo que seja possível produzir informações que permitam à análise de defesas inconscientes e dos afetos, às vezes desconsiderados nos estudos psicossociais (CLARKE & HOGGETT, 2009).

Além dos referidos autores seminais, outros estudos sobre trauma psicossocial foram desenvolvidos na América latina no contexto de comunidades indígenas (IOSA et al., 2013) desaparecimentos forçados de jovens (SERRANO-MORA, QUINTERO-MEJÍA, 2022) e violência política de Estado (XIMENA, DÍAZ, 2016; SHARIM et al., 2011).

Iosa et al. (2013) que conduziram pesquisa exploratória com abordagem qualitativa aplicando método indutivo e a triangulação metodológica para identificar a transmissão transgeracional de possíveis traumas psicossociais nas comunidades indígenas Wichí do norte da Argentina, vítimas da chamada "conquista do Chaco" (ocupação militar pelo estado Chileno da região provocando mortes de milhares de indígenas). Para tal fim, realizaram 30 entrevistas, baseando suas análises em palavras, histórias e narrativas, com foco na dimensão subjetiva e avaliando o significado dos fenômenos a partir dos significados que os sujeitos lhes atribuíam. Entre os resultados, observaram: 1) a persistência do dano em grupos indígenas, com conteúdos transmitidos de geração em geração; 2) o

silenciamento e a evasão como reações de encapsulamento diante do evento traumático; 3) as sequelas do trauma vivenciado e retraumatização; 4) emergência de uma relação questionada entre o Estado, a sociedade e a comunidade Wichí; 5) surgimento de mecanismos de autocura da comunidade.

Serrano-Mora et al. (2022) realizaram uma revisão conceitual do trauma psicossocial com base na análise de 30 documentos de suporte histórico/teórico sobre desaparecimentos forçados de jovens na Colômbia.

Sharim et al. (2011), por sua vez, propuseram um desenho de investigação de enfoque biográfico, utilizando o método do relato de vida para escutar profissionais envolvidos no registro de testemunhos colhidos no âmbito da Comissão Nacional de Prisão Política e Tortura no Chile. As autoras abordam a coconstrução narrativa dos processos elaborativos da sociedade chilena que se desencadeariam ao se conhecer ou recordar experiências traumáticas ligadas à violência de Estado, à luz da perspectiva do trauma psicossocial.

Pensando as relações raciais como componente relevante na construção de entornos disruptivos produtores de traumas psicossociais junto a povos de terreiro no Brasil, Martins, Oliveira dos Santos e Colosso (2013) apontam que temas relativos ao campo de estudo das relações étnico-raciais - como a violência psicológica do preconceito e do racismo, o legado social do branqueamento e seus efeitos psicossociais - têm sido objeto de investigação da psicologia, notadamente da psicologia social (MARTINS et al., 2013).

Nesse sentido, cumpre destacar a contribuição metodológica pioneira de Virgínia Bicudo (1945), psiquiatra negra, que na década de 1940 aplicou abordagem qualitativa e interdisciplinaridade para entender atitudes raciais da população negra de um grande centro urbano. Em seu estudo a autora articulou Sociologia e Psicologia Social e utilizou estudos de caso, entrevistas e análise de documentação para acessar a experiência de seus entrevistados, contemplando aspectos sociais para além das causas meramente intrapsíquicas (NAVASCONI,

2023).

Ademais, a psiquiatra e psicanalista brasileira Neusa Santos Souza, em sua dissertação publicada em 1983, já havia analisado qualitativamente a vida emocional de pessoas negras, através dos relatos de seus passos e trajetórias (SANTOS, 1983) e Lelia Gonzalez (1984), ao nomear o racismo como a neurose cultural brasileira, contribuíram para a reflexão sobre raízes e complexidade das diversas formas de violência coletiva (GALTUNG, 1990) e como elas interagem na formação de entornos disruptivos produtores de traumas psicossociais a que estão expostas comunidades de terreiro pela sua (re)existência contra-hegemônica.

Em produções brasileiras mais recentes, mesmo os que trazem discussão sobre o chamado trauma colonial (AMBRÓSIO et al., 2023; RUFINO et al, 2019; MOREIRA et al., 2015), são trazidas experiências e reflexões predominantemente teóricas que dialogam com a dimensão psicossocial da violência racial, mas cujo foco não é a observação de seus efeitos nas vidas das pessoas.

No contexto norte-americano, por outro lado, existe um extenso corpo teórico e empírico de pesquisa pautado no modelo do estresse traumático baseado em raça (Race-Based Traumatic Stress - RBTS) que, especialmente no âmbito da psicologia clínica, evidenciou efeitos deletérios do estresse racial na saúde mental dos indivíduos, apontando que incidentes racistas provocam respostas de estresse e estão ligados a sintomas emocionais e disfunções psicológicas, buscando subsidiar abordagens clínicas e políticas públicas (PIETERSE, et al, 2024; ROACH, et al 2023; CARTER et al., 2021)².

² Entre estudos norte-americanos existem os que abordam o trauma para além a experiência individual, no âmbito da família, entre gerações, identificados sob uma diversidade de termos, como *historical trauma*, *intergenerational trauma* e *transgenerational trauma*, cujas bases por vezes podem se sobrepor ao estudo do chamado “racial trauma” ou “race-based trauma” (RBT) (Chin, D., Smith-Clapham, A. M. & Wyatt, G. E, 2023). Tais estudos não são objeto do presente estudo embora reconheçamos que possam haver interfaces relevantes para a compreensão da perspectiva coletiva do trauma e que podem ser aprofundadas em estudos ulteriores.

Numa tradução livre, trauma racial ou trauma baseado em raça seria uma forma ampla de estresse vivenciado por negros, indígenas e pessoas de cor (BIPOC - Black, Indigenous, People of Color) (FITZGERALD et al., 2021). A teoria do RBT ou RBTS formulada por Carter (2004) postula que as experiências de discriminação racial-étnica funcionam como estressores sociais com potencial para gerar respostas fisiológicas e psicológicas baseadas no estresse consistentes com a manifestação de trauma.

O percurso sobre os citados estudos aponta para a ampliação da noção de trauma para compreensão de efeitos que ultrapassam a esfera individual. Permite localizar a lacuna de estudos de campo e qualitativos que apliquem a perspectiva do trauma coletivo à realidade brasileira. Indica, ainda, que a lente do trauma psicossocial tem sido aplicada especialmente na América Latina, para a compreensão e caracterização de experiências disruptivas que impactam grupos ou mesmo toda sociedade.

Ademais, nos estudos qualitativos destacados embora entrevistas apareça como um meio relevante de produção de informações, observa-se que o corpo, a afetividade e a espiritualidade dos sujeitos remanescem como dimensões não exploradas. Pensar o como permitir a emergência de tais dimensões nos estudos sobre trauma psicossocial é a reflexão proposta no presente momento. Tal debate atrai a discussão sobre os limites cartesianos e possíveis contribuições desde o pensamento decolonial, sobretudo em respeito à voz de grupos e sujeitos historicamente silenciados.

Desse modo, a partir da aproximação com a produção teórica relacionada ao tema estudado, indicamos alguns desafios para o estudo de traumas psicossociais em experiências de racismo religioso, destacando algumas potenciais contribuições trazidas pela abordagem qualitativa para sua investigação, focando especialmente em traumas psicossociais associados ao racismo religioso.

3 A PERSPECTIVA DO TRAUMA PSICOSSOCIAL PARA O ESTUDO DOS EFEITOS DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO RACISMO RELIGIOSO

Como está perspectiva pode contribuir no estudo do racismo religioso? Concretamente, a pesquisa sobre efeitos de experiências disruptivas potencialmente produtoras de traumas psicossociais associados ao racismo religioso deve partir do diálogo entre Psicologia Social e Estudos raciais e aciona também conhecimentos de disciplinas afins como História, Direito e Filosofia e, para além de campos disciplinares estabelecidos, conhecimentos e práticas tradicionalmente não reconhecidas como ciência ou disciplina, a exemplo dos saberes enterreirados (NASCIMENTO, 2020) e de sabedorias insurgentes (ARIAS, 2012). Demanda, ainda, um desenho epistêmico-metodológico que permita a emergência das dimensões corpórea, política, afetiva e espiritual e uma práxis de pesquisa que não coloque participantes de grupos vulnerabilizados sócio-historicamente no papel de meros informantes, objetos de pesquisa.

Diante dos desafios emergentes do estudo trauma psicossocial como categoria central para a compreensão das vivências e memória coletiva relacionadas ao racismo religioso, propomos três chaves de leitura, dentro de uma abordagem qualitativa: : 1) articulação entre complexidade e dimensão psicossocial; 2) decolonialidade como contraponto epistêmico; 3) estratégias metodológicas incorporem o corpo, a afetividade e a espiritualidade na escuta qualificada de sujeitos marcados por traumas psicossociais.

3.1 Pontes conceituais entre o psicossocial, a complexidade e o pensamento de matriz africana

Complexidade é “um tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico [e] se apresenta com os traços inquietantes do

emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza” (MORIN, 2011, p. 13).

O paradigma da complexidade permite pensar, para além das relações de produção do conhecimento, o próprio fenômeno pesquisado, e, no caso dos efeitos de experiências disruptivas potencialmente produtoras de traumas psicossociais associados ao racismo religioso, admite pensar a noção de trauma partilhado coletivamente que é de difícil sustentação dentro do paradigma cartesiano, que impediria a observação de propriedades emergentes das relações entre os distintos componentes.

Dialogando com os princípios epistemológicos da complexidade, Carmona (2013) apresenta o psicossocial como aquilo que emerge das interações e do desempenho de papéis em situações definidas socialmente. O autor se apoia na psicanálise freudiana, para afirmar que não é possível pensar o “psico” abstraído do “social”, e que, portanto, toda psicologia é social.

O referido autor propõe cinco urdiduras, das quais destacamos três, para delinear o psicossocial como conceito e perspectiva de análise. Inicialmente recorre ao poema do escritor inglês John Donne para inferir a primeira urdidura da trama psicossocial: o que ocorre a um, ocorre a todos, referindo-se à dimensão sistêmica, da interconexão e da interdependência. Próxima a tal perspectiva é a vivência africana do ubuntu que, em sua compreensão ética biocêntrica, reconhece a interdependência entre humanos e não humanos constituindo-se uma comunidade cósmica, centrada na vida (KASHINDI, 2019, 2003). A visão de uma interconexão existencial nos aproxima de um horizonte em que experiências e emoções podem ultrapassar o indivíduo e serem compartilhadas socialmente. É relevante, ainda, porque nos põe em contato com a cosmovisão comum nos cultos de matriz afroindígena, integrando a compreensão do fenômeno estudado.

A segunda urdidura é descrita pela imagem da fita de Moebius de Escher (1958), e diz respeito à ambivalência entre o “psico” e o

“social”, de modo que interior e exterior são ao mesmo tempo opostos e continuidades um do outro e, conseqüentemente, nosso interior se constitui de elementos externos, que se convertem, de modo singular para cada indivíduo, em interiorizações que afetam e modificam nossa realidade exterior, que, por sua vez, é subjetivada e exteriorizada em incessante espiralado qualitativamente distinto do movimento anterior. Tal movimento se afina ao princípio da recursividade organizacional aplicado às relações sociais, segundo o qual “a sociedade é produzida pelas interações entre os indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz” (MORIN, 2011:74). A segunda urdidura em conjunto com o princípio da recursividade organizacional permite pensar que os vetores da violência coletiva, como para nós é o caso do racismo religioso, podem ser produzidos em várias direções e sentidos, nas relações entre indivíduos e instituições.

A terceira urdidura da trama psicossocial se inspira no pensamento de Mead (1972): a pessoa, enquanto objeto para si mesma, é essencialmente uma estrutura social e, por tal motivo surge na experiência social. Aqui Mead nos propõe que cada ser humano é uma sociedade, ecoando o princípio hologramático de Edgar Morin, o qual reconhece que o tudo está nas partes e a parte no tudo. Constituímo-nos subjetivamente a partir do “outro generalizado”, uma superestrutura simbólica presente em cada indivíduo e sujeita a recriações, subversões e transformações pelos sujeitos, que dessa forma também atuam sobre a estrutura social. Essa linha de compreensão esclarece como o mundo atua no indivíduo e como ele atua sobre o mundo, permitindo coexistir a noção de estrutura e de singularidade, afastando o risco de determinismos, e comportando fissuras nos fluxos entre realidade interior e exterior.

Ademais, para Mead ser humano carrega uma subjetividade múltipla, tal como a sociedade circundante, e desempenha papéis sociais a depender dos contextos de interação. Na obra de Mead, o ser

humano é habitante de significados, produto e produtor simbólico; o psicossocial é o que emerge e se transforma permanentemente nos jogos linguísticos e de papéis sociais.

A ideia de multiplicidade da pessoa está inscrita entre as tradições africanas, entre as quais a expressão de língua bambara *maa ka maaya ka ca a yere kono* significa: “As pessoas da pessoa são múltiplas na pessoa” (BÂ, 1981, p. 181). Trata-se de noção complexa, que comporta uma multiplicidade interior, de planos de existência diferentes ou sobrepostos, e uma dinâmica constante. Nascimento (2020) explica que as heranças africanas dos terreiros percebem os sujeitos como sempre múltiplos, expressando um estar sendo complexo e dinâmico, fruto de um arranjo de elementos, de histórias, de ancestralidades, contexto em que a subjetivação é entendida como um processo. Embora a ideia de trauma psicossocial possa se relacionar a uma tendência de cristalização de relações sociais, por exemplo no papel do inimigo (MARTÍN-BARÓ, 1988), as visões dos papéis sociais e da multiplicidade interior ajudam a não fixar sujeitos em experiências que possam ser consideradas traumáticas e não os abstraíndo, no curso da pesquisa, das interfaces com o poder e nem despojando-os de um repertório próprio de respostas às experiências de racismo religioso.

Dialogando com o pensamento de Henrique Pichón, a quinta urdidura define três níveis de análise para abordar os vínculos humanos: o institucional (as organizações), o sociodinâmico (pequenos grupos, como a família) e o psicossocial (entre indivíduos e os outros). Os níveis de análise nomeados delimitam campos em que podem ser identificados o fenômeno do racismo religioso e os trânsitos entre esses espaços, entre os âmbitos público e privado, instituições e indivíduos na produção de violências.

Desse modo o psicossocial emerge como uma perspectiva teórica que pode orientar a prática de pesquisa, reconhecendo a complexidade das formas de interação humana e da subjetividade, fornecendo bases para uma investigação qualitativa voltada à

compreensão dos trânsitos de produção do fenômenos nas relações entre o individual e coletivo, o que é essencial ao estudo do racismo religioso como forma de violência potencialmente produtora de uma experiência partilhada de sofrimento ressonante nos diversos níveis do espaço público e íntimo.

3.2 Metodologia decolonial e a busca por dimensões humanas sonegadas

Entendemos como pertinente e necessário para o contexto da pesquisa desenvolvida - que trabalha com grupos marginalizados histórica e socialmente - realizar um esforço de geolocalização do conhecimento (MIGNOLO, 2002) para situá-lo, desconstruí-lo e adaptá-lo às necessidades do contexto de aplicação.

Nesse sentido, as metodologias decoloniais podem trazer relevante releitura para a noção de complexidade, adequando-a ao estudo dos efeitos de experiências disruptivas associados ao racismo religioso. Tais metodologias não aspiram à neutralidade e à abstração; contrariamente, “apresentam sensibilidade às demandas dos corpos colonizados, que estão dentro das zonas do ‘não ser’ da modernidade, e, ao assumir esse lugar epistemológico, se propõem a elaborar um caminho, conforme cada pesquisa, para decolonizar esses corpos e suas realidades” (DULCI; MALHEIROS, 2021, p. 177).

Um dos elementos que nos interessa destacar é a forma como as perspectivas metodológicas decoloniais contestam a exclusão sistemática do corpo, das emoções e da espiritualidade dos processos de pesquisa social.

Entendemos emoções como processos subjetivos, fenômenos complexos que abrangem múltiplas dimensões e que mantém interações múltiplas com outros processos sem se esgotar neles e cujas articulações preservam um espaço de integração que não anulam uma dimensão em função da outra, permitindo a emergência de zonas de

sentido mais complexas. Assim pensadas, as emoções possuem um substrato biológico, mas são constituídas na interação social. São ao mesmo tempo internas e ligadas de forma não linear com o espaço social, sendo reconhecíveis “dentro de um discurso cultural que permite com que sejam designadas e construídas ao longo de seu processo” (NEUBERN, 2000, p. 181).

Por sua vez, espiritualidade não se reduz à religião. Em seu sentido político, traz uma sensibilidade distinta frente à vida, a força para com ela nos comprometermos e para transformá-la, com e para os demais, de modo que a luta para preservação da vida, a resistência, especialmente nas sociedades ou culturas que sofreram com a dominação, não poderia se fazer sem força espiritual (ARIAS, 2011). Assim colocadas, emoções e espiritualidade podem ser consideradas como fontes de informações tão relevantes quanto conteúdos cognitivos, uma vez que se conectam ao humano nos aspectos social e político, podendo impulsionar comportamentos e ações, interagindo com o fenômeno estudado, podendo interferir na percepção e na mobilização de participantes da pesquisa e também de quem a conduz.

Ademais, a espiritualidade na vida e na pesquisa pode funcionar como mecanismo integrador das partes mutiladas e fragmentadas em que o corazonar emerge como metodologia de decolonização do ser, de transformação de subjetividades - a começar pela própria subjetividade - juntamente com as transformações estruturais (ARIAS, 2011). O movimento de autodecolonialidade antecede a decolonialidade do mundo e as práticas de pesquisa, sendo esse um processo que permite identificar o quanto colonizados estamos e que elementos podem ser apropriados para uma reflexão permanente do nosso fazer cotidiano, (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018).

Para a pesquisa sobre efeitos de experiências disruptivas potencialmente produtoras de traumas psicossociais associados ao racismo religioso é pertinente também aproximar-nos da noção de pesquisa enterreirada (NASCIMENTO, 2020) articulando-a à de

sentipensar com o território (ESCOBAR, 2003; DULCI; MALHEIROS, 2021) de modo que o pensar com o coração e a mente abarque territórios, para além do físico, mas cosmologias, cultura e conhecimentos relacionados à comunidade, num diálogo de seres, saberes e sentires (ARIAS, 2010). Implica, pois, pensar junto com as linhas de pensamento centradas desde a amefricanidade (GONZALEZ, 1988), afrocentricidade (MAZAMA, 2009; ASANTE, 2009) e cosmovisão povos nativos, que qualificam a interação e escuta, produzindo deslocamentos no sentido de autodecolonizar e decolonizar conhecimentos, corpos e espíritos.

As citadas diretrizes visam a criar um espaço receptivo para as interações e os conhecimentos emergentes no próprio processo de pesquisa e que podem conduzir a descobertas e novos caminhos. Para isso, a coleta de informações deve ser operacionalizada por instrumentos que permitam a cocriação com participantes da pesquisa e a expressão das dimensões sonogadas pelo cânone positivista.

3.3 Apontamentos metodológicos para o estudo das feridas psicossociais associadas ao racismo religioso

Adiante discorremos sobre estratégias metodológicas integrantes do desenho da pesquisa “Efeitos psicossociais do racismo religioso: entre dores históricas e lutas atuais por reconhecimento (Salvador/BA)”, com base na articulação entre as reflexões apresentadas e uma aproximação preliminar ao campo-tema (SPINK, 2003), realizada através do levantamento bibliográfico, de documentos e de informações públicas, além de entrevista com líder de terreiro, no território baiano, durante o ano de 2023.

Visando a construção de um referencial teórico que permitisse dialogar com o contexto histórico e social do fenômeno, a primeira estratégia foi a realização de revisão de literatura relacionando as categorias trauma psicossocial (MARTÍN-BARÓ, 1988; MARTINS; LACERDA, 2023), racismo religioso (NASCIMENTO, 2017; MOTA,

2018; NOGUEIRA, 2020) e violência cultural (GALTUNG, 2016). Em seguida foi realizado levantamento de informações relativas aos casos de racismo religioso no Estado de Bahia, por meio de pesquisa de notícias correlatas, solicitação de informações via Lei n. 12.527 (2011) e visitas a órgãos públicos, envolvendo pesquisa documental e conversas com gestores. Tais procedimentos serviram à delimitação da situação pré-traumática do trauma e a conhecer cenário institucional relativo ao trauma (ROSS; VAN SLUYTMAN, 2022; BLANCO; BLANCO; DÍAZ, 2016), envolvendo não apenas questões relativas à história da comunidade de terreiro, mas buscando sua conexão ao repertório da história local e, em última análise, ao racismo na história colonial nacional. Tal abordagem traz um enfoque psicossocial ao trauma, especialmente se combinado a outras técnicas como entrevistas semiestruturadas e oficinas.

Do ponto de vista ético, os estudos sobre racismo religioso, é importante uma práxis de pesquisa que não coloque participantes de grupos vulnerabilizados sócio-historicamente, como é o caso das comunidades de terreiro, no papel de meros informantes, objetos de pesquisa. Nesse sentido, as estratégias qualitativas de Pickett (2020) que destaca as vozes dos sujeitos e desenvolve todos os temas e análises com declarações e citações específicas de participantes, são afinadas à metodologia decolonial, que reconhece a não-neutralidade da práxis de pesquisa, evitando ocultamento da voz dos sujeitos (OCAÑA; LÓPEZ; CONEDO, 2018). Ademais, a declaração de posicionalidade (PICKETT, 2020) é uma prática de honestidade intelectual a ser adotada para permitir referência situada do conhecimento, a enunciação do lugar geo-corpo-político do sujeito que fala, a sua demarcação geo-histórica (GROSFOGUEL, 2016; MIGNOLO, 2002).

Em acréscimo a tais estratégias, as práticas ético-políticas de uma pesquisa de campo enterreirada, baseadas no cuidado, são aplicáveis à pesquisa sobre traumas psicossociais associados ao racismo religioso, ou “sempre que se almeja a um campo de pesquisa

mais justo e que não reforce a injustiça cognitiva” (NASCIMENTO, 2020, p. 8). O referido ethos de pesquisa tem as seguintes diretrizes: 1) compreender o território do terreiro como espaço de resistência anti-colonial; 2) apresentar os benefícios da investigação, contrapartidas e compromissos assumidos para com a comunidade; 3) sustentar um pensamento cuidadoso e buscar acolhimento das necessidades diversas das comunidades; 4) certificar-se de que a comunidade entende o que a pesquisa procura e buscar incluir seus integrantes como co-pesquisadores, na construção do desenho prévio e desenvolvimento da pesquisa; 5) submeter produto da investigação à avaliação prévia da comunidade (NASCIMENTO, 2020).

Do ponto de vista formal se a exigência de submissão a conselhos de ética é condição prévia relevante à pesquisa que interrogam os efeitos subjetivos e os danos compartilhados coletivamente por comunidades vítima de violências; por outro lado, e mais importante, a submissão da proposta e dos resultados da pesquisa à comunidade contribui para sua legitimidade, ao tempo em que possibilita a co-construção do conhecimento (DULCI; MALHEIROS, 2021).

Quanto aos meios de produção de informações, são diversificadas as possibilidades de sua aplicação e de combinação, a depender dos objetivos estabelecidos, sendo os meios mais comuns na pesquisa qualitativa: etnografia, investigação narrativa, entrevistas em profundidade e semi-estruturadas, grupos focais, história oral, análises documental e de conteúdo, métodos visuais e audiovisuais, estudo de caso, análise de discurso, entre outros Leavy (2014).

Dos muitos instrumentos disponíveis para a prática de pesquisa qualitativa destacamos as entrevistas em profundidade e oficinas como estratégias metodológicas privilegiadas para o estudo de traumas psicossociais e que podem ser utilizadas em gêneros diversos de pesquisa, como na pesquisa-ação participativa, no estudo de caso, podendo ser combinadas a outros métodos de coleta de informações.

Blanco, Blanco e Díaz (2016) referem estudos sobre trauma em adolescentes latino-americanos nos quais a metodologia envolveu a aplicação de oficinas de grupos terapêuticos, no Chile e em El Salvador e, na Argentina e na Guatemala oficinas criativas incluindo psicodrama, fotografias com contação de histórias, recursos gráficos e colagens voltadas à percepção da situação traumática.

Spink, Menegon e Medrado (2014) concebem oficinas como espaços de prática discursiva com potencial político que admite expressões artísticas, movimentos corporais e outras expressões discursivas, para além da fala. Ademais, a oficina sob o ponto de vista teórico-metodológico seria estratégia facilitadora da “troca dialógica e da co-construção de sentidos, podendo ser articulada a grupos focais, dinâmicas de grupo e rodas de conversa.

Especificamente, na proposição de temas e tópicos orientadores para entrevistas e oficinas com os sujeitos, buscamos contemplar as quatro dimensões do trauma psicossocial, quais sejam: a) a situação pré-traumática; b) a destruição de crenças fundamentais; c) emoções negativas intergrupais; e d) destruição dos laços familiares e comunitários (BLANCO; BLANCO; DÍAZ, 2016; VILLAGRÁN, 2016), em vez de utilizar escalas para interrogar tais dimensões procurando mensuração e quantificação. As oficinas e entrevistas em profundidade facilitam a emergência de emoções e significados construídos ao redor de tais categorias de análise.

Como prática de pesquisa, a partir de uma atitude sentipensante, que combina razão, corpo e coração (ARIAS, 2012), propomos o exercício de uma escuta sinestésica, realizada com tudo o que somos, atenta às dimensões corpóreo-político-afetiva-espiritual, além da cognitiva, que demanda e sensibiliza o corpo, inclui sentidos e intuições de quem pesquisa e de quem dela participa.

A possibilidade de construção de um “corpo comum” (DINIZ; GERBARA, 2022, pp. 23-26) diz respeito à permeabilidade a inputs discursivos diversos, oriundos do corpo e das emoções, em que a fala seja um dos elementos possíveis de escuta.

Como métodos de análise de informações inclusive as produzidas na interface com a escuta sinestésica, a análise de discurso (IÑÍGUEZ-RUEDA,1999) ou mesmo a descrição densa etnográfica utilizada como técnica narrativa, são alternativas em que a fase analítica da teorização se inclui na síntese dos dados (MORSE, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da escassez de estudos, sobretudo qualitativos, sobre trauma coletivo no Brasil e da lacuna quanto a estudos que articulem a noção de trauma coletivo a experiências de racismo religioso apresentamos, a partir da crítica decolonial, uma proposta de instrumentos metodológicos qualitativos que priorizam a perspectiva psicossocial, a centralidade das vozes historicamente relegadas e que buscam a emergência das dimensões ético-política, afetivo-espiritual e corpórea como esferas válidas de conhecimento. Nesse processo consideramos que o diálogo entre distintos saberes e práticas, oriundos de tradições epistemológicas diferentes, é um caminho teórico frutífero para a compreensão de traumas psicossociais, não apenas relacionados a práticas de racismo religioso, mas que também atingem a outros grupos alvejados por violências coletivas sistêmicas.

Embora tal cenário seja desafiador, a perspectiva que oferecemos pretende contribuir especificamente para a ampliação epistêmica e metodológica no campo de estudos sobre trauma psicossocial e racismo. Para além da realidade das comunidades de terreiro e do contexto da pesquisa acadêmica interdisciplinar, a reflexão apresentada pode contribuir para se pensar o processo de concretização de direitos de grupos vulnerabilizados sócio-historicamente e de sua presença na esfera estatal. Tão importante quanto o acesso e concretude de direitos e liberdades fundamentais na vida das pessoas é o modo pelo qual é construída essa realidade.

Importa questionar se fazem sentido para tais sujeitos e grupos subalternizados o conteúdo de políticas, legislações e decisões que lhes têm por objeto, se aquelas corroboram, de fato, para seu reconhecimento social, bem-estar e se coletivamente promovem reparação e solidariedade social. Podemos refletir sobre diferentes impactos de legislações, decisões e políticas públicas construídas de fora e para fora, desde e para pessoas e grupos que não se aproximam dos territórios, das experiências, dos reais problemas e da cosmovisão das minorias que pretendem beneficiar.

Um caminho possível vai no sentido da construção também no âmbito estatal de uma escuta sinestésica, de perspectivas situadas desde sujeitos e grupos vulnerabilizados socio-historicamente, que permita a ampliação da presença de seus corpos, vozes e existências nos espaços públicos, notadamente nos de produção legislativa, judicial e de políticas públicas de modo que suas demandas e interesses possam de fato influenciar e transformar suas realidades. Sob a perspectiva proposta a nomeação dos grupos nos documentos não substitui o efetivo acesso ao processo de produção decisória a seu respeito: necessário criar espaço para os corpos tenham expressão, para que se reconheçam como sujeitos e não meros objetos sobre os quais se fala e pelos quais se decide.

No processo de reconhecimento dos referidos grupos o como produzimos informações e direitos é tão valioso quanto os direitos em si. A forma pode aproximar ou afastar a sua concretização. Justaposto ao desafio de realizar o direito material, releva criar novas formas de se fazer direito, gestar jeitos e caminhos, protocolos, instrumentos que incorporem os saberes, fazeres, sentires outros, desde perspectivas de sujeitos e grupos diversos, cujos matizes colorem as instituições e suas produções e corroboram para o fortalecimento do Estado democrático de Direito.

Finalmente, não pretendemos reduzir essa proposta a uma fórmula metodológica linear e mecânica. Pelo contrário, entendemos as produções acadêmicas e da esfera estatal como processos que

comportam inventividade e novidade, nos quais se busca que os instrumentos escolhidos dialoguem com objetivos e demandas específicas. Apostamos, no entanto, em estratégias qualitativas decoloniais para facilitar a emergência e a escuta das dimensões corporal, política, emocional e espiritual, necessária ao se lidar com questões complexas, contribuindo especialmente para a negociação de sentidos entre sujeitos envolvidos na elaboração de experiências traumáticas coletivas, permitindo o seu acompanhamento e oportunizando transformações sociais.

Data de Submissão: 23/01/2025

Data de Aprovação: 22/11/2025

Processo de Avaliação: *double blind peer review*

Editor Geral: Prof. Dr. Herry Charriery da Costa Santos

Editora Adjunta: Profa. Dra. Hirdan Katarina de Medeiros Costa

Assistente Editorial: Anna Karoline Tavares Marsicano de Brito

Assistente Editorial: Iasmim Barbosa Araujo

REFERÊNCIAS

ALVES, Marisa de Carvalho; JESUS, Joselito Peixoto D'Abreu de; SCHOLZ, Dorotea. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: Reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869–880, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201510600030025>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

AMBROSIO, L. C.; SILVA, C. R. da. Racismo é um trauma colonial: diálogos entre Frantz Fanon, Neusa Souza e Grada Kilomba sobre o adoecimento negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1549>. Acesso em: 30 set. 2025.

ARIAS, Patricio Guerrero. **Corazonar**. Una Antropología Comprometida Con La Vida. Miradas otras desde Abya-Yala para la decolonización del poder, del saber y del ser. Quito: Universidad Politécnica Salesiana, 2010.

ARIAS, Patricio Guerrero. Corazonar la dimensión política de la espiritualidade e a dimensão espiritual da política. **Alteridad. Revista de Ciencias Humanas, Sociales y Educación**, [Quito], v. 6, n. 1, p. 19-32, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.17163/alt.v6n1.2011.02>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

ARIAS, Patricio Guerrero. Corazonar desde el calor de las sabidurías insurgentes, la frialdade de la teoría y la metodología. **Sophia: Colección de Filosofía de la Educación**, [Quito], n. 13, p. 199-228, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4418/441846102009.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-111.

BÂ, Amadou Hampâté. A noção de pessoa na África Negra. In: DIETERLEN, Germaine (ed). *La notion de personne em Afrique Noire*. Paris: CNRS, 1981. p. 181–192. Tradução para uso didático de Luiza Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros. [S. l.: s. n.], 1981. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BENYAKAR, Moty. **Lo disruptivo y lo traumático**: Abordajes posibles frente a situaciones de crisis individuales y colectivas. 1. ed. San Luis: Nueva Editorial Universitaria - U.N.S.L., 2016.

BERISTAIN, Carlos Martín. Sobre perspectiva psicosocial en la investigación de derechos humanos. **Hegoa**, Bilbao, [s. n.], 2007.

BLANCO, Amalio; BLANCO, R.; DÍAZ, D. Social (dis)order and psychosocial trauma: Look erlier, look inside, and look beyond the persons. **American Psychologist**, v. 70, n. 3, p. 187-198, 2016.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/a0040100>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 222, p. 1, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>. Acesso em: 27 set. 2025.

CARMONA, J. ¿Qué es lo psicossocial?. **Revista “Complejidad”**, [S. l.], n. 19, abr.-jun. 2013.

CARTER, Robert T.; BOLLEN, K. A.; HALL, Sandra E.; MORGAN, A. C. A meta-analytic review of racial discrimination: Relationships to health and culture. **Race and Social Problems**, v. 11, n. 1, p. 15–32, 2019.

CARTER, Robert T.; KIRKINIS, K. Differences in emotional responses to race-based trauma among Black and White Americans. **Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma**, v. 30, n. 7, p. 889–906, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10926771.2020.1759745>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

CAVALCANTE, Luciana T. C.; OLIVEIRA, Ângela A. S. de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.

CLARKE, Simon; HOGGETT, Paul. **Researching beneath the surface**: psychosocial research methods in practice. London: Karnac books, 2009.

DINIZ, Debora; GERBARA, Isadora. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DONG, Stella; KIM, J.; CHEON, H. C.; PARK, Y. S. Racial Identity and Mindfulness as Predictors of Posttraumatic Growth in Black Adults Experiencing Race-Based Trauma. **International Journal**

of **Advanced Counselling**, v. 45, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10447-023-09509-0>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

DULCI, Tânia Maria S.; MALHEIROS, Maria Regina. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Revista Espirales**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 1, p. 174–193, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>. Acesso em: 14 mar. 2024.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, [S. l.], n. 1, p. 58-86, 2003. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-1/escobar.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/fborda/>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

FAÚNDEZ ABARCA, Ximena; DÍAZ, Fuad Hatibovic. La metáfora del viaje del héroe en la narración de nietos de expresos políticos: la postmemoria de la prisión política y tortura en Chile. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 56, p. 104–115, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/9880>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

FITZGERALD, Hiram E.; JOHNSON, Deborah J.; ALLEN, James; OSUNA, Francisco A.; QIN, D. B. Historical and race-based trauma: Resilience through family and community. **Adversity and Resilience Science**, v. 2, n. 4, p. 215-223, 2021.

GALTUNG, Johan. La violencia: cultural, estructural y directa. **Cuadernos de estrategia**, Madrid, n. 183, p. 147-168, 2016.

GORNOSTAY, Polina. Trauma coletivo como um problema de psicologia social e política. **Problemas de psicologia política**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 54-68, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.33120/popp-Vol21-Year2018-5>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

GREEN, Darien A.; EVANS, Amanda M.; LITAM, Stacey Diane Arañez; HORNSBY, Tiffany; BOULDEN, Rawn; SHANNON, Jordan; FORD, David J.; LANDRUM, Dae'Quawn. Racial Identity Attitudes and Vicarious Traumatization from Undue Police Violence on Anticipatory Traumatic Reaction Among Black Americans. **Journal of interpersonal violence**, v. 39, n. 3-4, p. 848–868, 2024.

Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08862605231198484>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INÍGUEZ-RUEDA, Lupicínio. Investigación y evaluación cualitativa: Bases teóricas y conceptuales. **Atención Primaria**, v. 23, n. 8, p. 496–502, 1999.

IOSA, E.; BAEZ, E. C.; LEVÍN, A. L.; CALVO, M. Transmisión transgeneracional del trauma psicossocial en comunidades indígenas de Argentina: Percepción del daño en el pasado y presente y acciones autoreparatorias. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 85–91, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-462X2013000100013>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

KANG, Hyeouk; BURTON, Donna L. Effects of Racial Discrimination, Childhood Trauma, and Trauma Symptoms on Juvenile Delinquency in African American Incarcerated Youth. **Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma**, v. 23, n. 10, p. 1109–1125, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10926771.2014.968272>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

KASHINDI, J. B. Ubuntu como crítica descolonial aos Direitos Humanos: Uma visão cruzada contra o racismo. **KAKOZI**, [S. l.], v. 19, Ensaios Filosóficos, p. 8–21, 2019.

KASHINDI, J. B. Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva. **Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos**, [São Leopoldo], v. 1, n. 1, p. 3–20, 2003.

LEAVY, Patricia. Introduction. In: LEAVY, Patricia (ed.). **The Oxford handbook of qualitative research**: Vol. Oxford Library of Psychology. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 1–13.

MARICONDA, Pablo Rubén. O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 453–472, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662006000300006>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. La violencia política y la guerra como causas del trauma. **Revista de Psicología de El Salvador**, San Salvador, v. 7, n. 28, p. 123-141, 1988. Disponível em: <https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- MARTINS, E.; OLIVEIRA DOS SANTOS, A.; COLOSSO, M. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 118-133, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 27 fev. 2024.
- MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR, Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2023. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2023.
- MAZAMA, Ama. A afrocentricidade como um paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 111-128.
- MEAD, George Herbert. **Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social**. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 123, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/11077>. Acesso em: 28 set. 2025.
- MIGNOLO, Walter. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. **The South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 101, n. 1, p. 57-96, 2002. Disponível em: <https://www.muse.jhu.edu/article/30745>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.
- MOREIRA, A. P. G.; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Do trauma psicossocial às situações-limite: A compreensão de Ignacio Martín-Baró. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 32, n. 3, p. 569-577, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300021>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MORSE, Janice M. “Emerger de los datos”: los procesos cognitivos del análisis em la investigación cualitativa. In: BOTTORFF, J. L. [et

al.]. **Asuntos críticos en los métodos de investigación cualitativa**. Antioquia: Janice M. Morse Editora, 2003. Cap. 3, p. 29-52.

MOTA, Eliane Gonçalves. Diálogos sobre religiões de matrizes africanas. **Revista Calundu**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v2i1.9543>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Enterreirando a investigação: Sobre um ethos da pesquisa sobre subjetividades. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, p. 199–208, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72s1p.199-208>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. **Revista Eixo**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 51-56, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.19123/eixo.v6i2.515>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma; MOSCHETA, Murilo dos Santos. Contributions of Virginia Leone Bicudo and Neusa Santos Souza to an anti-racist Brazilian psychology. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 35, e276753, 2023.

NEUBERN, Marcelo S. As emoções como caminho para uma epistemologia complexa da psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 153–163, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000200008>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. Rio de Janeiro: Pólen, 2020.

OCAÑA, A. O.; LÓPEZ, M. I. A.; CONEDO, Z. P. Metodología ‘otra’ en la investigación social, humana y educativa. El hacer decolonial como proceso decolonizante. **Faia**, v. 7, n. 30, p. 172-200, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6575303>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

PATIÑO, Rafael A.; SILVA, Yane Marcelle Pereira. Trauma psicossocial: apontamentos teóricos para a compreensão de violências coletivas, catástrofes e práticas de exclusão social. In: GARCIA JR, C. A. S.; CECCON, R. F. (Org.). **Violência e Saúde Mental: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2023. (No prelo)

PICKETT, L. A. Three Trains Running: The Intersectionality of Race-Based Trauma, African American Youth, and Race-Based Interventions. **Urban Review**, v. 52, p. 562–602, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11256-020-00575-x>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

PIETERSE, Alex L.; JOHNSON, Veronica; CARTER, Robert T. The relationship between posttraumatic stress disorder and race-based traumatic stress. **Psychological trauma: theory, research, practice, and policy**, v. 16, n. 2, p. 208, 2024.

ROACH, Erika L.; SHARMA, Vartika; RAMALHO, Rodrigo; SIMON-KUMAR, Rachel; PEIRIS-JOHN, Roshini; WILLIS, Henry A.; HOWARD, Lorraine Y.; GALÁN, Chardée; POLANCO-ROMAN, Lillian. Systematic review: The association between race-related stress and trauma and emotion dysregulation in youth of color. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 62, n. 2, p. 190-207, 2023.

ROSS, K.; VAN SLUYTMAN, L. Race-Based Trauma and Treatment Outcomes: An Examination of State Organizational Policies and Implications in Social Work Field Education. **Journal of Human Rights and Social Work**, p. 1-5, 2022.

ROTHER, Eliane T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

RUFINO, Luiz; MIRANDA, M. S. Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2019. (Volume e/ou número estimados).

SERRANO-MORA, Sandra Milena; QUINTERO-MEJÍA, Marieta. Efectos psicosociales de la desaparición forzada de jóvenes en Latinoamérica: una tarea pendiente. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 20, n. 1, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11600/rlcsnj.20.1.4475>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

SHARIM, Daniela; KOVALSKYS, Juana; MORALES, Germán; CORNEJO, Marcela. Trauma psicosocial y memoria: diseño de un dispositivo biográfico para investigar el impacto de la Comisión de Prisión Política y Tortura en Chile. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 40, p. 81-88, 2011.

SILVA, Yane Marcelle Pereira da; PATIÑO, Rafael A. Racismo religioso, violência cultural e trauma psicossocial. In: GARCIA JR, C. A. S.; CECCON, R. F. (Org.). **Violência e Saúde Mental: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera M.; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100005>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: Uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>. Acesso em: 26 de julho de 2025.

TAUSEN, Brittany M.; MISGANO, Mintesinot; WILSON, Brea. Campus Racial Climate, Psychological Well-being, and Race-Based Traumatic Stress Symptoms Among Monoracial Black and Biracial Black Students Following Heightened Exposure to Police Brutality. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, v. 11, p. 121-131, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40615-022-01503-3>. Acesso em: 26 de julho de 2025

.VILLAGRÁN, Loreto. **Trauma psicossocial: naturaleza, dimensiones y medición**. 2016. Tese (Doutorado em [Área de Estudo]) – Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2016.

VILLAGRÁN, Loreto; BLANCO, Amalio; OLEA, Julio; BILBAO, Marian. A proposal for evaluating psychosocial trauma. **Psicothema**, Oviedo, v. 33, n. 4, p. 631-638, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7334/psicothema2021.160>. Acesso em: 26 de julho de 2025

WOODWARD, Kath. **Psychosocial studies: an introduction**. New York: Routledge, 2015.

Psychosocial Trauma and Decolonial Perspective: Theoretical and Methodological Contributions to the Study of Religious Racism

Yane Marcelle Pereira Silva

Rafael Andrés Patiño Orozco

Abstract: In Brazil, religious racism - set of discriminatory practices directed at communities and practitioners of Afro-Indigenous religious traditions - from the psychosocial trauma perspective, harks back to the colonial formation of the state and its culture, connecting collective and individual histories. This article aimed to identify how a qualitative approach contributes to understanding the psychosocial effects and wounds arising from experiences of religious racism. To this end, a narrative review of the literature on psychosocial trauma and religious racism was conducted. Given the scarcity of studies on collective trauma in Brazil and the lack of studies that connect the notion of collective trauma to experiences of religious racism, we present some identified challenges and propose three key interpretations for the qualitative study of disruptive experiences, potentially producing psychosocial trauma, associated with religious racism: 1) articulation between complexity and the psychosocial dimension; 2) decoloniality as an epistemic counterpoint; 3) methodological strategies incorporate the body, affectivity, and spirituality into the qualified listening of individuals marked by psychosocial trauma. The proposed approach allows for reinterpretations of practices in the academic, public policy, and legislative and judicial fields, since, in the process of recognizing fundamental rights, transforming how we do things is as essential as what we do, especially in relation to socio-historically vulnerable individuals.

Keywords: Psychosocial trauma; Qualitative research; Racism; Religion; Discrimination Based on Ancestry.

DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2026v25n58.72814>

Content sob license *Creative Commons*: Attribution-Noncommercial-Nonderivative 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

